

**PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**

2009/2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Alfredo Julio Fernandes Neto

Reitor

Darizon Alves de Andrade

Vice-Reitor

Alberto Martins da Costa

Pró-Reitor De Extensão, Cultura E Assuntos Estudantis

Alcimar Barbosa Soares

Pró-Reitor De Pesquisa E Pós-Graduação

Renato Alves Pereira

Prefeito Universitário

Sinésio Gomide Júnior

Pró-Reitor De Recursos Humanos

Valder Steffen Júnior

Pró-Reitor De Planejamento E Administração

Waldenor Barros Moraes Filho

Pró-Reitor De Graduação

© Universidade Federal de Uberlândia
Avenida João Naves de Ávila, nº 2121
Bairro Santa Mônica
38.400-902 - Uberlândia - MG
Telefone (034) 3239-4812
reitoria@ufu.br

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Sezimária de Fátima Pereira Saramago - Coordenadora

João Jorge Ribeiro Damasceno- Representante Docente

Marcos Antonio de Souza Barrozo - Representante Docente

Wellington de Oliveira Cruz - Representante Docente

Gláucia Signorelli de Queiroz Gonçalves - Representante Docente (Campus do Pontal)

Camila Lima Coimbra - Representante PROGRAD

Márcia Cristina Soares Cabrera de Souza - Representante PROGRAD (suplente)

João Martins Neto - Representante PROPP

Oswaldo Marçal Júnior - Representante PROPP (suplente)

Thais Nogueira Gonzaga - Representante PROEX

Geni de Araújo Costa - Representante PROEX (suplente)

Cleuza Maria da Silva Ribeiro - Representante PROREH

Duílio Júlio Oliveira Santos - Representante PROREH (suplente)

Sirle de Souza - Representante SINTET

Celeste Francisca da Silva - Representante SINTET (suplente)

Gislene Alves do Amaral - Representante ADUFU

Edilson José Gracioli - Representante ADUFU (suplente)

Marília Freitas Lima - Representante DCE

Michelle Marques Silva - Representante DCE (suplente)

Willian Douglas Guilherme - Representante APG

Carlos Henrique Eiterer de Souza - Representante APG (suplente)

Representantes da sociedade civil organizada:

Antônio Carlos Carneiro de Miranda - Grupo Luta pela Vida

Elaine Cristina Ribeiro Vago- Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação-MG

Omar Felipe Lelis - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Uberlândia

Valdeir José Farias - Representante dos professores aposentados da UFU

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. DADOS HISTÓRICOS.....	7
2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA UFU	7
2.2 A AUTOAVALIAÇÃO NA UFU.....	11
3. OBJETIVO GERAL DA AVALIAÇÃO.....	13
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
4. METODOLOGIA DA AUTOAVALIAÇÃO.....	14
4.1 PRIMEIRA ETAPA: PLANEJAMENTO	14
4.2 SEGUNDA ETAPA: EXECUÇÃO	14
4.3 TERCEIRA ETAPA: DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	15
4.4 QUARTA ETAPA: REFLEXÃO.....	15
5. DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO.....	16
6. CRONOGRAMA DA AUTOAVALIAÇÃO.....	18
7. BIBLIOGRAFIA.....	19

1. APRESENTAÇÃO

No mundo inteiro a Educação Superior tem demonstrado ao longo dos dois últimos séculos a sua capacidade de provocar mudanças e induzir as sociedades à construção da cidadania e diminuição das desigualdades sociais. Do mesmo modo, a Educação Superior tem se deparado, internacionalmente, com grandes desafios e enfrentado muitas dificuldades relacionadas principalmente a questões como: o financiamento das instituições, a equidade de condições para o ingresso e permanência dos estudantes nos cursos, a qualificação dos atores envolvidos, docentes, discentes técnicos-administrativos e gestores, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecidos, o destino dos egressos, dentre outros.

Vários debates se estabelecem com o intuito de assegurar ao ensino superior sua pertinência como instrumento do desenvolvimento social e econômico, na perspectiva da melhoria do bem-estar da humanidade. Por um lado, admite-se que as instituições públicas de ensino superior devem fazer os esforços necessários afim de buscar os apoios indispensáveis no Estado e na Sociedade para o desenvolvimento, melhoria e continuidade de suas atividades e, por outro, deve ao mesmo tempo se esforçar para tornar conhecido o que faz em seu interior.

Isso exige que os estabelecimentos voltados para a Educação Superior produzam necessariamente informação que possa ser veiculada em linguagem compreensível e acessível tanto para os que integram a Instituição quanto para a sociedade em geral, de forma que sua difusão pública assegure a transparência em todas as ações realizadas por essas instituições.

Os debates sobre o tema da avaliação da Educação Superior têm indicado a necessidade de avaliarmos a qualidade da formação oferecida e dos serviços prestados à comunidade. Têm também indicado a importância de compreendermos a avaliação como um mecanismo que leve em consideração as expectativas da sociedade e as relações que se estabelecem entre estas e os objetivos propostos pela instituição.

A Universidade Federal de Uberlândia compreende que para que isso ocorra é necessário desenvolver uma cultura de avaliação contínua, rigorosa e sistemática que vise melhorar a qualidade da educação superior e dar suporte aos atores responsáveis pelo seu desenvolvimento, ou seja, dirigentes, professores, estudantes, técnicos-administrativos e sociedade em geral.

Compreende, ainda, que avaliar a atual Universidade Federal de Uberlândia implica, fundamentalmente, em recuperar a sua história, desde as iniciativas pioneiras para a criação dos primeiros cursos de nível superior na cidade de Uberlândia até os dias atuais em que nos deparamos com uma Instituição Federal, voltada para o ensino, a pesquisa, a extensão e para a prestação de importantes serviços sociais nesta cidade e região.

A avaliação nesta perspectiva nos permitirá não apenas coletar os dados atuais para conhecermos e darmos a conhecer o que fazemos, quais os avanços conquistados e quais as barreiras ainda não transpostas. Possibilitará, principalmente, recuperar as bases de onde partimos e estabelecer os patamares que pretendemos atingir a curto, médio e longo prazo.

Portanto, a autoavaliação é entendida na Universidade Federal de Uberlândia, para além de qualquer exigência legal, como um fator fundamental para a garantia da qualidade daquilo que a Instituição oferece, das demandas que lhe são apresentadas e como garantia para o seu crescimento e sobrevivência no futuro.

Foi com essa perspectiva que elaboramos o presente projeto de autoavaliação. Almejamos que o mesmo signifique mais um importante passo na construção da UFU que desejamos partilhar com a sociedade.

2. DADOS HISTÓRICOS

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA UFU

O ensino Universitário em Uberlândia iniciou-se com a criação de faculdades isoladas, precedendo a própria idéia de se formar uma Universidade. Desde o início da década de 50, ocorreram, na cidade, alguns movimentos em prol da criação do ensino universitário público. O processo de criação da Universidade Federal de Uberlândia foi marcado por muitas etapas, tendo início com a criação de faculdades isoladas: Música (1957), e os cursos que deram origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU-1959), Direito (1959), Economia (1966). Posteriormente, a criação da Universidade de Uberlândia – UnU (1969) e sua federalização, tornando-se Universidade Federal de Uberlândia em 1978 (vide Quadro 1). A Faculdade de Engenharia Civil (1961), federalizada ainda em 1971, e passa, quando da federalização, a integrar, como curso, esta Instituição.

A constituição de uma instituição federal pública de grande porte foi decorrência de demandas inadiáveis apresentadas ao poder público regional. Entre os anos 20 a 60, Uberlândia apresentou índices de crescimento e desenvolvimento muito superiores em relação às cidades da região, tornando-se uma referência para as mesmas em termos de funções urbanas complexas. Entretanto, do ponto de vista educacional, ainda deixava muito a desejar, sobretudo no que tange ao ensino de 3º grau. No aspecto cultural, destacavam-se o Ginásio Mineiro, atual Escola Estadual de Uberlândia, o Colégio Brasil Central, o Liceu de Uberlândia e, posteriormente, o Colégio das Irmãs de Jesus Crucificado, instituições promotoras de atividades ligadas às letras e artes em geral.

A participação dos políticos no processo de criação da Universidade Federal de Uberlândia foi incisiva. As faculdades isoladas foram gestadas dentro de um projeto desenvolvimentista das classes dominantes locais, compostas por pequenos grupos detentores de grande poder político e econômico na cidade.

Todavia, a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nasceu do desejo de um grupo de intelectuais, que se preocupou com o nível educacional e cultural da cidade. Os primeiros contatos foram feitos com as irmãs do colégio Nossa Senhora, as quais assumiram a responsabilidade de criação daquela Faculdade e logo trataram da organização dos papéis necessários à abertura da Instituição. Em outubro de 1959, conseguiram por intermédio de expedientes políticos, a publicação dos *Estatutos do Instituto Social de Instrução e Caridade* no jornal *Minas Gerais*, principal meio de publicação do Estado. Estava consolidada, assim, a primeira das faculdades isoladas, que começou a funcionar em 1960.

Em dezembro do mesmo ano, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Direito tão almejada pelo professor Jacy de Assis, mentor do projeto. Este fato também contou com a participação dos políticos locais.

Devido ao contexto em que foram criadas, principalmente nos anos de 1960, as Faculdades davam grande ênfase na formação de professores.

Essa tendência comprova a expansão acelerada e desordenada de Faculdades de Filosofia no Brasil a partir de 1960, expansão que se deu, principalmente, por intermédio da iniciativa privada, como foi o caso das faculdades em Uberlândia. O crescimento dessas faculdades se justificou por se caracterizarem como faculdades viáveis com poucos gastos para sua criação e manutenção e, principalmente, por não exigirem equipamentos, justificando, ainda a criação de cursos basicamente ligados às humanidades.

Nessa mesma fase, também foram criadas: a Faculdade Federal de Engenharia em 1961; a Faculdade de Ciências Econômicas, em 1963; e a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU) em 1968.

O ano de 1964 foi marcado pelo reconhecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, concedido pelo Decreto nº 53.477, de 23 de janeiro de 1964.

Nesse período, a demanda de jovens em busca de Curso Superior em Uberlândia aumentou consideravelmente. Para acompanhar esta demanda e expansão da cidade e da região, a Faculdade criou, em 13 anos, 8 cursos na sede e 4 na cidade de Monte Carmelo. Assim é que além dos dois cursos já existentes, Pedagogia e Letras, foram criados os cursos de História (1965), Matemática (1967), Ciências (1970), Geografia (1971), Estudos

Sociais (1972), Ciência Biológica (1972), Química (1974) e Psicologia (1975), além dos cursos fora da sede: Pedagogia, Letras, Ciências e Estudos Sociais.

Desde a década de 1960 a faculdade oferecia vários cursos de extensão com intelectuais renomados, visando um enriquecimento dos alunos e, muitas vezes, da comunidade em geral, podendo ser destacadas, por exemplo, as visitas de Alceu Amoroso Lima e de Clarice Lispector.

Quadro 1 . Criação da UFU - Faculdades Isoladas

1º MOMENTO - 1957-1969 - Faculdades Isoladas			
FACULDADE	ANO DE CRIAÇÃO	CURSO	ANO DE CRIAÇÃO
Conservatório Musical de Uberlândia	1957	Educação Artística - Música	1957
Direito	1960	Direito	1960
Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU)	1960	Pedagogia	1960
		Letras Anglo-germânicas	1960
		Letras Neo-latinas	1960
		História	1965
		Matemática	1967
Federal de Engenharia	1961	Engenharia Química	1965
		Engenharia Mecânica	1965
Ciências Econômicas (FACEU)	1963	Ciências Contábeis	1963
		Administração	1963
		Ciências Econômicas	1963
Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU)	1968	Medicina	1968

Fonte: RIBEIRO (1995)

Cinco instituições de Ensino Superior – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (1960), Faculdade de Direito de Uberlândia (1960), Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (1963), Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia (1965) e Faculdade de Artes de Uberlândia (1969) – formaram a Universidade de Uberlândia,

criada pelo Decreto-Lei nº 762 de agosto de 1969, dando novos rumos para o ensino de 3º grau na cidade e região.

Com o passar do tempo, novas instituições surgiram: Faculdade de Odontologia (1970), Faculdade de Medicina Veterinária (1971) e Faculdade de Educação Física (1972). Estas três Faculdades passaram a integrar a Universidade de Uberlândia em 11 de dezembro de 1972 e a escola de Medicina e Cirurgia passou a integrá-la a partir de seu reconhecimento, em agosto de 1974.

Criada a Fundação Universidade de Uberlândia, foi seu presidente o prof. Milton Magalhães Porto, exercendo o cargo durante o mandato dos quatro primeiros reitores, até a federalização da Universidade.

O projeto de criação da UnU (Universidade de Uberlândia) foi pensado desde o início para alcançar a federalização sem perder o controle político da mesma, utilizando-a como um “cartão de visita”, elevando o *status* e o poder de atração da cidade, caracterizando-a como uma cidade universitária e conseguindo, ao mesmo tempo, a injeção de volumosas verbas federais na economia local.

Entretanto, a criação da UnU (Universidade de Uberlândia) em 14 de agosto de 1969, ocorreu de uma maneira bastante diversa: por meio do Decreto-Lei nº 762, baseado num ato de exceção do governo militar, o Ato Institucional nº 5 (de 13/12/68) – em parte graças à atuação política do Sr. Rondon Pacheco, já nesta época Ministro Chefe da Casa Civil, no governo do Presidente Costa e Silva.

Um outro fator que impulsionou a constituição da Universidade foi a aprovação da Lei 5.540 que, em 1968, propôs a reforma universitária, estipulando que a universidade seria a instituição, por excelência, para o ensino superior.

O ano de 1978 constituiu-se em mais um grande marco político para a cidade de Uberlândia. Fruto da ação das classes empresariais e de seus representantes políticos, com grande poder de penetração e ingerência junto ao poder central, foi criada a Universidade Federal de Uberlândia, através da Lei 6.532, de 24 de maio de 1978.

É no cenário político desenvolvimentista que, na cidade, surgem as primeiras faculdades isoladas, particulares, de Ensino Superior. O Decreto-Lei 762, de agosto de 1969, autorizava o funcionamento de uma Universidade em Uberlândia, como fundação de

direito privado, referenciado na reforma universitária, promovida pela ditadura militar, no ano anterior.

A federalização da Universidade de Uberlândia acontece dez anos depois, em 1978, também por Decreto-Lei. Constituindo-se então, em uma Instituição híbrida, federal e funcional, o que lhe garante até 1986, quando da isonomia federal, algumas vantagens de crescimento e expansão baseada, antes de tudo, no poder de barganha da política regional com o poder federal.

A partir de 1978 desaparecem as faculdades isoladas que, transformadas em cursos, passam a integrar os Centros de Ciências Humanas e Artes, Ciências Biomédicas e Ciências Exatas e Tecnológicas, suportes de sua estrutura acadêmica. Realiza-se assim, mais um projeto político das elites – Uberlândia passava a ser considerada, além de pólo comercial e industrial, pólo cultural regional.

Como fruto de um audacioso projeto de capacitação docente, ocorrido no início da década de 80, surgiu a pós-graduação na UFU, que deu seus primeiros e importantes passos em 1985, com o início dos primeiros cursos de mestrado, a saber: Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Com muito empenho e investimentos, no período de 1985 a 1999 a UFU passou ofertar um total de 16 cursos, sendo 13 mestrados e 03 doutorados, criando as bases da pós-graduação. Foi no período recente, neste início de século, que a pós-graduação da UFU experimentou um ritmo acelerado de expansão. Entre 2000 e 2008, foram abertos 21 novos cursos, sendo 11 mestrados e 10 doutorados. Hoje a UFU tem 28 Programas de pós-graduação com 28 cursos de mestrado e 14 cursos de doutorado.

Em 1994, motivada por aspirações de mudança no modo de gerir a Instituição, a Universidade Federal de Uberlândia desencadeou no seu interior, uma discussão que convergiu para a elaboração de um novo projeto estatutário. Dentre as inovações propostas, o novo Estatuto previu a extinção dos Centros e a constituição de Unidades Acadêmicas como órgãos básicos da nova estrutura organizacional e, em cujos âmbitos, são exercidas todas as funções essenciais ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 21 de dezembro de 1999, por intermédio da Resolução 05/1999, o Conselho Universitário aprovou a criação dessas unidades. Formaram-se, desde então, 27 (vinte e sete) Unidades Acadêmicas (Institutos ou Faculdades) que congregam os alunos, funcionários e docentes por área de conhecimento e atividades profissionais afins e, 2

(duas) Unidades Especiais de ensino responsáveis pelo oferecimento do Ensino Fundamental e da Educação Profissional de nível técnico.

Em abril de 2007 foram iniciadas as atividades do primeiro *campus* fora de sede da Universidade Federal de Uberlândia, o *Campus* do Pontal localizado na cidade de Ituiutaba. Foram oferecidos inicialmente nove cursos de graduação que abrigavam, ao final de 2009, 1124 discentes, 121 docentes e 45 Servidores Técnico-administrativos.

Em dezembro de 2007, a Universidade Federal de Uberlândia encaminhou ao Ministério da Educação (MEC) o seu projeto de intenções objetivando tornar-se signatária do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Foi pactuado com o MEC que, no período de 2008 a 2012 serão implantadas 6140 novas vagas discentes nos *campi* de Uberlândia, havendo ampliação de vagas em 11 cursos já existentes, criação de 5 novos turnos de cursos existentes e a implantação de 17 cursos novos. Para dar suporte ao REUNI, serão contratados 3400 novos docentes e 232 servidores técnico-administrativos.

Em junho de 2010 foram encaminhadas ao MEC, as propostas de criação de dois novos *campi* fora de sede: o *Campus* de Monte Carmelo e o *Campus* de Patos de Minas. Na proposta, cada *campus* iniciará suas atividades com o oferecimento de 3 cursos de graduação com 60 vagas anuais para cada curso. Tais propostas objetivam dar a Universidade Federal de Uberlândia as condições de inserção regional necessárias para fomentar o crescimento regional do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba.

2.2 A AUTOAVALIAÇÃO NA UFU

A primeira experiência de um amplo processo de avaliação institucional da Universidade Federal de Uberlândia ocorreu em 1991. Neste ano foi nomeada pelo Reitor uma comissão de autoavaliação para realizar uma avaliação de todas as unidades acadêmicas (departamentos) da Universidade, tendo em vista as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A metodologia proposta e o relatório final de avaliação foram apresentados e discutidos em todas as unidades acadêmicas.

Depois de um período sem um processo contínuo e sistemático de avaliação institucional, e tendo em vista a inserção da UFU no Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior (SINAES), em 2005 foi instituída na UFU a primeira Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. Esta comissão foi nomeada com o objetivo de conduzir o processo de avaliação interna da instituição em conformidade com as dez dimensões previstas no Artigo 3º. da Lei nº. 10.861/04 e nos termos das diretrizes e portarias da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

Neste mesmo ano, o Conselho Universitário, por intermédio da Resolução 12/2005, aprovou o Regimento Interno da CPA, onde foram estabelecidas suas competências:

- propor diretrizes e instrumentos de avaliação permanentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da gestão acadêmica e administrativa da UFU em consonância com as premissas e objetivos do Projeto de Autoavaliação Institucional desta mesma entidade;
- conduzir os processos internos de avaliação, sistematizando dados, informações e relatórios gerados no âmbito das Unidades Acadêmicas, Administrativas e Unidades Especiais de Ensino, para a elaboração dos relatórios institucionais de autoavaliação da UFU nos termos da Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES;
- elaborar pareceres e recomendações ao Plano de Desenvolvimento Institucional, propondo alterações ou correções, quando for o caso;
- acompanhar a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação da UFU no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, bem como as avaliações dos cursos de graduação realizadas pelas Comissões de Especialistas (Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG) e pela Comissão Externa de Avaliação Institucional, nomeadas pelo INEP, visando à incorporação dos resultados ao processo interno de autoavaliação;
- organizar e promover seminários e outros eventos necessários para ancorar o desenvolvimento das atividades de avaliação institucional;
- estabelecer calendário de reuniões sistemáticas para acompanhar o desenvolvimento dos processos avaliativos da UFU.

O primeiro Projeto de Avaliação Institucional foi elaborado pela CPA para período 2001-2005, quando foram definidos como objetivos centrais:

- implantar na UFU um processo contínuo de autoavaliação que possibilite conhecer suas potencialidades e dificuldades, visando a melhoria da qualidade no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão e gestão;
- promover e difundir uma cultura de avaliação permanente que permita planejar e redirecionar as ações da UFU, no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Universidade;
- fornecer, por meio dos resultados da autoavaliação, caminhos e propostas para a construção coletiva e revisão permanente do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE;
- produzir conhecimentos sobre a atual situação da UFU, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- analisar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância social e científica dos programas e projetos institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- desencadear um processo de autoavaliação coletivo, estimulando a inter-relação entre todos os atores envolvidos (docentes, discentes, técnicos administrativos, egressos e entorno social), rumo ao constante aprimoramento do desempenho institucional.

Em 2009, tendo em vista o término, sem possibilidade de recondução, dos mandatos de todos os seus componentes, constituiu-se nova CPA por intermédio da Portaria R No. 617 de 28 de abril de 2009, formada por representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Nesta mesma ocasião, foi implantada a Secretaria de Avaliação Institucional Permanente – SAIP. Também nesta mesma época, o Conselho Universitário decidiu realizar uma revisão do Plano de Desenvolvimento e Expansão da UFU – PIDE, atualizando-o para o período 2010-2015.

3. OBJETIVO GERAL DA AUTOAVALIAÇÃO

Realizar a autoavaliação da Universidade Federal de Uberlândia com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), visando identificar as condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, suas potencialidades e fragilidades, com vistas à melhoria da sua qualidade.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar as metas definidas no objetivo geral para a autoavaliação, alguns objetivos específicos devem ser considerados:

- Sedimentar um processo contínuo de autoavaliação que permita identificar as potencialidades e as limitações da Instituição.
- Promover ações de sensibilização para a efetiva participação de toda a comunidade no processo permanente de autoavaliação.
- Aprimorar o processo de avaliação institucional de forma a proporcionar o envolvimento dos diferentes setores da instituição e da sociedade.
- Produzir conhecimentos sobre a atual situação da UFU, que possam ser usados como instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.
- Divulgar as informações advindas da autoavaliação para que possam subsidiar o planejamento das ações da instituição e a integração da universidade com a sociedade.
- Acompanhar as ações oriundas do processo de autoavaliação institucional e apresentar propostas em função das fragilidades identificadas.

4. METODOLOGIA DA AUTOAVALIAÇÃO

A Avaliação Interna na UFU, entendida como um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, busca compreender os significados do conjunto de suas atividades, visando a melhoria da qualidade educativa e o alcance de maior relevância social.

De modo geral a CPA pretende sistematizar informações, analisar coletivamente os significados obtidos por suas realizações, desvendar formas de organização, administração e ação, identificar pontos fracos, bem como potencialidades e definir estratégias para a superação dos problemas identificados.

Nesse contexto, o processo de autoavaliação da UFU será construído com a participação e envolvimento de toda a comunidade universitária, com o apoio dos dirigentes, atendendo aos princípios da transparência, do compromisso político e social, e do respeito à identidade institucional.

A autoavaliação institucional, cumprirá as funções inerentes a qualquer processo avaliativo de diagnosticar, orientar e regular as ações da universidade, visando a melhoria da qualidade da educação superior, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

O processo será desenvolvido considerando quatro etapas: planejamento, execução, divulgação dos resultados e reflexão. A seguir será apresentada as atividades de cada etapa.

4.1 PRIMEIRA ETAPA: PLANEJAMENTO

- a) Renovação da Comissão Própria de Avaliação pela Portaria nº 381 de 10 de maio de 2010.

- b) Definição do calendário de atividades no período.
- c) Revisão do Projeto de Autoavaliação pelas subcomissões.
- d) Estudo do PIDE.
- e) Definição e planejamento dos recursos necessários para o desenvolvimento do processo de autoavaliação.

4.2 SEGUNDA ETAPA: EXECUÇÃO

- a) Mobilização da comunidade interna e externa da UFU para participação no processo de autoavaliação institucional.
- b) Participação contínua da CPA nos Conselhos Universitários com solicitação de demandas para o processo de autoavaliação.
- c) Levantamento e análise dos documentos oficiais da Instituição.
- d) Realização de palestra com o tema Avaliação Institucional envolvendo a comunidade universitária.
- e) Divulgação do site da CPA.
- f) Divulgação do processo de autoavaliação no Jornal da UFU, Jornal das Entidades ADUFU e SINTED e em Outdoors.
- g) Colocar nota sobre o processo de autoavaliação da UFU no contracheque
- h) Inserção na página principal da UFU, de uma nota sobre a autoavaliação institucional.
- i) Confecção e distribuição de cartazes de divulgação com informações sobre o processo de autoavaliação da UFU.
- j) Sistematização das demandas, idéias, sugestões oriundas dos diversos segmentos da UFU.
- k) Elaboração dos instrumentos de autoavaliação e aplicação para validação
- l) Aplicação dos instrumentos.
- m) Análise e interpretação dos dados.
- n) Elaboração do relatório.

4.3 TERCEIRA ETAPA: DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

- a) Encontro com a Administração Superior
- b) Participação em Conselhos Universitários
- c) Visitas às Unidades Acadêmicas
- d) Elaboração de um Caderno de Autoavaliação Institucional
- e) Solicitação de matéria/artigo nos meios de comunicação, por meio da DIRCO para socialização dos resultados.

4.4 QUARTA ETAPA: REFLEXÃO

- a) Acompanhamento das ações decorrentes do processo de autoavaliação
- b) Criação de comissões, por área, para aprofundar o processo de autoavaliação com o foco em questões específicas da área.
- c) Realimentação do processo contínuo de autoavaliação.
- d) Participar de reuniões com os Conselhos Universitários: Consec, Conpep, Congrad a fim de compartilhar as ações do processo de autoavaliação da UFU.

5. DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO

O Quadro 2 detalha as dimensões estabelecidas na Lei no. 10.861 de 14/04/2004, bem como as diretrizes que norteiam a autoavaliação na UFU.

Vale ressaltar que, para cumprir as diretrizes estabelecidas, serão utilizadas duas fontes principais de pesquisa:

- Documentos oficiais da Instituição (PIDE), Pró-reitorias, Unidades Acadêmicas e órgãos administrativos;
- Consulta à comunidade, por meio de questionários aplicados aos Estudantes da graduação e pós-graduação (Est), Docentes (Doc), Técnicos - Administrativos (Tec), Gestores (Ges) e Comunidade Externa (Com).

Quadro 2 . Dimensões da Autoavaliação, caracterização e fontes de consulta

DIMENSÃO	CARACTERIZAÇÃO	FONTE
1. MISSÃO E PERFIL	A missão e o plano de desenvolvimento institucional	Documental Consulta: Est, Doc, Tec, Ges.
2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	Documental Consulta: Est, Doc, Tec, Ges.
3. RESPONSABILIDADE SOCIAL	A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	Documental
4. COMUNICAÇÃO	A comunicação com a sociedade.	Documental Consulta: Est, Doc, Tec, Ges, Com.
5. POLÍTICAS DE PESSOAL	As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	Documental Consulta: Doc, Tec, Ges.
6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	Documental Consulta: Est, Doc, Tec, Ges.
7. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	Documental Consulta: Est, Doc, Tec, Ges.
8. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	Documental
9. POLÍTICAS ESTUDANTIS	Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	Documental Consulta: Est, Ges.
10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Documental

6. CRONOGRAMA DA AUTOAVALIAÇÃO

As etapas descritas na seção de Metodologia estão previstas para serem desenvolvidas de acordo com o seguinte cronograma apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 . Cronograma para a Autoavaliação da UFU

ETAPAS	AGO/09 a DEZ/09	JAN/10 a JUN/10	JUL/10 a AGO/10	SET/10 a OUT/10	NOV/10 a DEZ/10	JAN/11 a FEV/11	MAR/11 a ABR/11
Elaboração do projeto							
Concepção dos instrumentos							
Validação dos instrumentos							
Sensibilização da comunidade							
Coleta de dados: pesquisa documental							
Coleta de dados: consulta à comunidade							
Diagnóstico							
Socialização dos Resultados							
Análise: reflexões sobre a autoavaliação							
Elaboração do Relatório Final, envio ao INEP							

7. BIBLIOGRAFIA

AVALIAÇÃO: Rede de avaliação institucional da Educação Superior. Campinas: Unicamp, v.9.n.4, dez.2004.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE – Período 2010-2015**. Uberlândia, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Estatuto Geral da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, 18/12/1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, 26/11/1999.